

Semiperiferia: uma hipótese em discussão

André Luís Cabral de Lourenço¹

Este trabalho tem por finalidade discutir a hipótese de existência de um espaço “semiperiférico” na história da economia capitalista, hipótese essa levantada pioneiramente pelos trabalhos dos historiadores Immanuel Wallerstein (1984a, 1984b) e Fernand Braudel (1985, 1996) e posteriormente discutida, em termos empíricos, por Arrighi (1997). O trabalho foi estruturado em três itens: o primeiro discute a relevância e a validade do conceito teórico de semiperiferia, tal como originariamente discutido por Braudel e Wallerstein, dentro do escopo do que posteriormente seria denominado “teoria dos sistemas mundiais”; o segundo expõe os principais aspectos do esforço empreendido por Arrighi na tentativa de validar a hipótese da existência dos espaços semiperiféricos na economia-mundo capitalista; e o terceiro apresenta as conclusões e discute as limitações de seu trabalho.

1 Semiperiferia: um conceito em xeque?

Segundo a teoria dos sistemas mundiais, conforme desenvolvida por Wallerstein e Braudel,² o mundo organiza-se economicamente sob a forma de “economias-mundo”, que seriam, no linguajar deste último, “um fragmento do universo, um pedaço do planeta economicamente autônomo, capaz de, no essencial, bastar a si próprio e ao qual suas ligações e trocas internas conferem certa unidade orgânica.” (Braudel, 1996, p. 12).

A grande especificidade desse sistema é o descasamento das fronteiras econômicas e políticas, ou seja, entre as fronteiras da própria economia-mundo e as jurisdições políticas formalmente soberanas dos diversos Estados (sistema interestatal). É nessa descolagem que, em última instância, repousa a operação do capitalismo em sua forma atual, nos interstícios do chamado sistema interestatal.

Em cada economia-mundo capitalista, a vida econômica se encontra organizada sob o que poderíamos chamar de “dupla tríade”, constituída, por um lado, do trinômio “vida material – economia de mercado – capitalismo” e, por outro, hierarquizada sob os auspícios do conjunto “núcleo orgânico (ou Centro) – semiperiferia – periferia”.

No que tange à primeira tríade, a “vida material” responde pelo conjunto de atividades desenvolvidas pelos seres humanos que não é levado ao mercado para troca, incluindo desde a produção para o autoconsumo até atividades domésticas, etc. No segundo nível, a “economia de mercado” engloba as atividades humanas cujo fruto é negociado por organizações que operam efetivamente sob a pressão da concorrência. A cobertura desse “edifício da vida” é representada pelas atividades efetivamente capitalistas,

(1) Professor Adjunto do Departamento de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

(2) As posições desses dois autores são distintas em uma série de pontos, como por exemplo, a data de início do funcionamento da economia-mundo atual, que Wallerstein encontra no século XVI, enquanto Braudel prefere situar no século XIII, no movimento comercial das cidades italianas no Mediterrâneo. Outro aspecto é a visão de Wallerstein de que haveria hoje apenas uma economia-mundo, e a contrapartida braudeliana de que poderia haver mais de uma. Contudo, a despeito dessas diferenças históricas, o conceito teórico em análise é muito parecido em ambos – como reconhece o próprio Braudel (1996, p. 29) –, o que justifica nosso tratamento conjunto desses autores.

vale dizer, das organizações que, manobrando seu poder político dentro do sistema interestatal ou utilizando seu poder econômico para manipular os mercados a seu favor, conseguem virtualmente se furtar à vigência da lei da concorrência. Esse seria o “território de caça dos grandes predadores”, responsável pela especificidade propriamente capitalista das economias-mundo, e no qual vigem as regras mais específicas do Poder e do Dinheiro, das “armas e barões assinalados”, da fusão do Poder Político, Militar e do Capital.

A segunda tríade corresponde a um aspecto algo diferente do funcionamento do sistema, qual seja, da distribuição das atividades econômicas (trabalho) em termos espaciais dentro das economias-mundo. Vigem nesse campo um escalonamento hierárquico, que a teorização pioneira da Cepal tratava como uma dualidade entre Centro e Periferia, vale dizer, entre o núcleo orgânico do capitalismo e suas enormes margens exteriores, suas “zonas de silêncio” da miséria. A relação entre elas é, por um lado, de exploração, na medida em que a “troca desigual” prebischiana implicaria um funcionamento do sistema que está sempre a drenar excedente da Periferia em direção ao Centro, e, por outro lado, uma “reciprocidade de perspectivas”, que faz o abastecimento do Centro depender da Periferia, e a produção periférica depender das necessidades (demandas) centrais, mas sob a batuta do Centro, que dita a lei.³ Este se constitui assim na ponta dominante, a superestrutura capitalista de toda a construção, o coração e o relógio do mundo, simultaneamente no timoneiro e no gajeiro da nau capitalista.

A grande inovação que a teoria dos sistemas mundiais introduz nesse esquema é a idéia de que existe uma posição intermediária estável constituída de uma camada de zonas e Estados **semiperiféricos**, assim descrita por Braudel:

Este nível de existência [do Centro] desce um traço na escala quando chegamos aos países intermédios, vizinhos, concorrentes e emuladores do Centro. Nestes, há poucos camponeses livres, poucos homens livres, trocas imperfeitas, organizações bancárias e financeiras incompletas, muitas vezes mantidas do exterior, indústrias relativamente tradicionais (...). (Braudel, 1985, p. 95).

A delimitação dessa área é reconhecidamente difícil: as empresas estão engajadas em processos produtivos e mercantis que são parcialmente similares aos do Centro, e em parte equivalentes aos periféricos; inclui regiões que por vezes são bem pouco inferiores às centrais, tentando juntar-se a elas e pressionando-as ao tentar juntar-se a elas, e que por vezes são recém-saídas das zonas periféricas silenciosas e miseráveis.

A semiperiferia é caracterizada por Wallerstein como um elemento estrutural necessário em uma economia-mundo por perfazer um papel estabilizador semelhante ao da classe média dentro da configuração de classes em um território. Assumiria ainda uma função, nos dizeres de Arrighi (1997), de “legitimação sistêmica”, mostrando à Periferia que existe a possibilidade de mobilidade dentro da divisão internacional do trabalho para os que forem suficientemente “capazes” e/ou “bem-comportados”. Braudel considera que a similitude de papéis entre a semiperiferia no contexto dos sistemas mundiais e a classe média no contexto das lutas de classe locais demonstra a proximidade das estruturas sociais que regem o “macrocosmo e o microcosmo” da economia-mundo.

Todavia, ainda que pese a verve poética desse gigante do pensamento humano, soa nítida a falta de precisão teórica e de rigor conceitual que cerca a idéia de

(3) Existe uma distinção conceitual entre o tratamento “Centro *versus* Periferia” cepalino e o da teoria dos sistemas mundiais. No primeiro, a articulação envolve países, enquanto no segundo o objeto são apenas zonas atravessadas pelas cadeias produtivas e mercantis da economia-mundo. Como resultado, este último tratamento possibilita a existência de zonas periféricas em países que, pelo critério da Cepal, pertenceriam ao Centro.

semiperiferia, resultando inevitável a ambigüidade que se verifica quando tentada sua aplicação, e ficando particularmente clara a conotação funcionalista que o termo adquire em Wallerstein. A semiperiferia é algo que fica incomodamente “no meio”, que não se define teoricamente e que, ademais, é extremamente difusa e heterogênea. A maioria das teorias existentes ressalta o caráter de transição da situação semiperiférica, seja em direção a um extremo ou ao outro do espectro Centro-Periferia. A teoria dos sistemas mundiais, pelo contrário, procura achar um espaço permanente para a semiperiferia como ente teórico, mas não consegue explicar seu surgimento, nem sua permanência, ou mesmo defini-la rigorosamente de forma a escapar à explicação do objeto teórico pelas suas características ou funções, e não *per se*. Diante desse quadro, parece inevitável questionar se o conceito de semiperiferia não compartilha com outros conceitos construídos a partir dos prefixos do tipo semi, para, meta, etc. o mesmo defeito: uma má-formação congênita decorrente de serem muitas vezes apoiados meramente em argumentos descritivos, e carecerem de suficientes bases teóricas. Resulta que o conceito, tal como desenvolvido inicialmente por Wallerstein e Braudel, se encontra em xeque mesmo pela ótica da teoria dos sistemas mundiais.

2 O esforço teórico e empírico de Arrighi

Em dois artigos⁴ publicados em *A Ilusão do Desenvolvimento*, Giovanni Arrighi empreendeu o mais sério esforço no sentido de romper o impasse enxadrístico e validar a hipótese de existência de um espaço semiperiférico na economia-mundo capitalista. Seu esforço possui duas dimensões: a) discutir se a semiperiferia ocupa efetivamente uma posição estrutural distinta na economia-mundo; e b) investigar se as posições específicas da semiperiferia na economia-mundo podem ser empiricamente identificadas e a importância relativa de cada posição hierárquica – núcleo orgânico, semiperiferia e periferia – medida, numa amostra de 45 anos.

O primeiro movimento de Arrighi é crítico, e abrange desde a incapacidade de autores e escolas anteriores em lidar com o fenômeno das semiperiferias até as dificuldades da própria teoria dos sistemas mundiais em teorizar sobre o mesmo. De forma um tanto impressionista, a condição semiperiférica é inicialmente descrita como aquela na qual um número significativo de **Estados** permanece estacionado de forma permanente entre as condições central e periférica, e que, apesar de ter passado por transformações sociais e econômicas de longo alcance, continua relativamente atrasado em aspectos importantes. Ressalta-se então o incômodo dessa permanência como um fenômeno de longo prazo tanto para as teorias da modernização quanto para as teorias da dependência. Para a teoria da modernização, o fenômeno seria transitório, posto que todos os países alcançariam a modernidade, enquanto para a teoria da dependência o fenômeno seria residual, no sentido de que as forças polarizadoras da economia capitalista acabariam triunfando e movendo tais Estados para um dos dois pólos.

A partir dos anos 1970, o autor reconhece o surgimento de novas teorias que procuram lidar com o fenômeno das posições intermediárias, incluindo Galtung, Marini, etc., que chamavam a atenção para a importância dos ‘países subimperiais’ e “nações

(4) “A estratificação da economia mundial: considerações sobre a zona semiperiférica”, publicado originalmente em *Review*, v. 10, n. 1, p. 9-74, verão 1986, e “A ilusão desenvolvimentista: uma reconceituação de semiperiferia”, publicado originalmente em Martin, W. G. (Ed.). *Semiperipheral states in the world-economy*. New York: Greenwood Press, 1990.

mediadoras”, e Cardoso & Faletto, que reconheciam a possibilidade de uma industrialização associada da periferia que, simultaneamente, reproduzia a estrutura da dependência em si. Todavia, esses tratamentos padeciam de dois graves defeitos: a) focavam excessivamente o caso de países latino-americanos, que são o paradigma da dependência, mas não conseguiam dar conta de outros países de renda intermediária, além de deixar certos casos, como o do Canadá, envolvidos em penumbras; b) foco em Estados, e não na situação intermediária em si, ofusca o fato de que, embora um país possa mudar sua posição na hierarquia, o *locus* intermediário em si não tende ao desaparecimento.

O passo seguinte de Arrighi é avaliar criticamente a própria visão “recebida” de semiperiferia da teoria dos sistemas mundiais, especialmente de Wallerstein. Este teria apresentado uma noção de semiperiferia que remete a duas conceituações diferentes, sem entretanto conseguir concatená-las. A primeira seria econômica e envolveria situações em que a soma do excedente obtida pela participação na divisão internacional do trabalho seria próxima de zero, na medida em que esses países extraíam excedente dos países periféricos, mas também tinham seu excedente extraído pelos países centrais. A segunda seria de caráter político, dizendo mais respeito às ações do Estado semiperiférico no sentido de buscar melhorar a posição relativa de seu país no cenário internacional.⁵ Esse conceito, portanto, seria ateorico, e não corresponderia de modo algum à própria base da teoria dos sistemas mundiais. Faltariam então tanto uma maior especificação teórica quanto uma maior operacionalização do conceito, que o autor se proporá a oferecer. Além disso, a conceituação tradicional classifica os Estados de acordo com sua posição nas redes de comércio, mas as suposições implícitas nesse procedimento são questionáveis: a) que desenvolvimento e industrialização sejam sinônimos; b) que a relação de desigualdade derive da relação de troca desigual, à *la* Prebisch⁶ e/ou Emmanuel.

Para evitar as ambigüidades que cercam a utilização do termo semiperiferia, Arrighi propõe-se a adotar o termo “apenas para nos referirmos a uma posição em relação à divisão mundial do trabalho, e nunca para nos referirmos a uma posição no sistema inter-Estados” (Arrighi, 1997, p. 144). A justificativa para tal proceder é que a ênfase sobre a separação dos dois comandos (político e econômico) corresponde a uma característica da economia capitalista mundial. Agindo dessa forma, o autor acredita evitar o erro de postular a identidade dos comandos político e econômico.

Esse ponto é absolutamente essencial no trabalho de Arrighi e, cremos, o aspecto central da falência do seu exercício teórico-empírico. Ao enfatizar a separação entre os dois tipos de comando – economia e política –, o autor acabou por simplesmente inverter o postulado anterior de igualdade. Por conseqüência, seu argumento fica exposto ao mesmo tipo de crítica que ele mesmo propõe ao conceito original de Wallerstein, o de insuficiência teórica. Num ponto essencial do argumento para a construção de seu exercício, Arrighi parece ter confundido a separação formal entre economia e política que vige na economia-mundo com a ausência da conexão efetiva no terceiro andar do edifício braudeliano. O resultado é que Poder e Estado tornam-se absolutamente secundários para

(5) O autor observa ainda que o termo, sendo por vezes utilizado para referir-se exclusivamente a uma posição intermediária de países no sistema interestatal, criou enorme confusão, levando certos autores a, diante da descolonização (obtenção da soberania formal pelas antigas colônias) ocorrida ao fim da Segunda Guerra, propugnar que a periferia havia desaparecido (!), e que dali por diante só haveria centro e semiperiferia.

(6) O que a meu ver está se questionando aqui na teoria dos sistemas mundiais à *la* Braudel/Wallerstein é a atribuição da estratificação da economia mundial **apenas** às “trocas desiguais”. Não há aqui, a meu ver, nenhuma crítica direcionada diretamente a Prebisch, do qual, aliás, Arrighi reconhece a pertinência de outras contribuições (vide Arrighi, 1997, p. 146-148).

sua verificação empírica, e a centralidade do “jogo das moedas” nesta relação resulta oclusa. Ao separar economia e política, o autor parece, para usar um velho chavão, ter jogado fora o bebê junto com a água do banho; e as conseqüências para a relevância do exercício são absolutamente fatais.

Outro aspecto da crítica de Arrighi é endereçado à centralidade excessiva que o mecanismo de troca desigual assume na hierarquização das regiões da economia-mundo. Primeiro, porque existem mecanismos outros pelo menos tão importantes quanto a troca desigual que normalmente não são citados, como por exemplo as transferências unilaterais de mão-de-obra (escravidão, emigração) e de capitais (incluindo uma série de modalidades que vão desde a fuga de capitais até pagamentos por indenização de guerra). Essas são “transferências desiguais”, que atuam de forma similar à troca desigual no sentido de ampliar as desigualdades⁷. Em segundo lugar, porque as trocas internacionais também têm efeitos ambíguos, dependendo de a relação comercial envolver a exportação para o Centro de bens complementares ou substitutos – e também as transferências podem ter efeitos benéficos.

Outras ambigüidades também são apontadas na formulação Centro/Periferia, como por exemplo o uso do termo excedente. Originário da economia clássica num contexto de competição pura, o termo é empregado para designar os ganhos adicionais decorrentes do monopólio. Arrighi julga o termo desnecessário, mas postula que os atores econômicos procuram sempre transferir a pressão da competição para os outros, o que implica a polarização dos nós das cadeias mercantis em posições que transferiram a pressão da competição alhures (atividades típicas do Centro) e posições para as quais essa pressão se transferiu (tipicamente periféricas).⁸

Para Arrighi, o essencial para que um Estado seja considerado semiperiférico é que ele possua uma combinação de atividades “tipicamente periféricas” e “tipicamente centrais” em uma proporção tal que ofereça a esses países a possibilidade de resistir à periferização, mas não poder suficiente para superá-la. Caberia então identificar as causas pelas quais esses “equilíbrios de forças” são estáveis.

Um primeiro aspecto capaz de esclarecer esse equilíbrio peculiar é a visão de que a concorrência tecnológica traz embutido em si um jogo de soma zero: o sucesso de uma empresa (ou região da economia-mundo) em aumentar a proporção de atividades tipicamente centrais em relação às tipicamente periféricas faz com que as combinações de outras empresas (regiões) que não conseguiram se engajar nos mesmos processos com a mesma intensidade sejam rebaixadas em termos qualitativos. Dois elementos adicionais reforçam os efeitos cumulativos da concorrência: a) o auto-reforço que a presença de empresas cuja composição de atividades é majoritariamente central exerce sobre uma determinada região em função das economias de aglomeração; todavia, em algum momento, essas economias passam a ser mais que compensadas pelo fato de criarem juntas uma economia próspera, com altos salários e sindicatos aguerridos, fazendo com que os custos subam desmesuradamente, e o movimento cíclico gere instabilidade; segundo Arrighi, apenas a ação estatal é capaz de estabilizar tais movimentos, embora seja algo

(7) Estranhamente, Arrighi não cita mecanismos clássicos de subordinação das economias (semi)periféricas, como a dívida externa e os investimentos das empresas transnacionais.

(8) O nível de recompensas agregadas é o melhor indicador do *status* de uma atividade (central/periférica). Nenhuma atividade específica, nem mesmo a atividade industrial, é tipicamente central ou periférica apenas em função de sua natureza. A definição das categorias das atividades varia no tempo, o que constitui uma antevisão importante do autor.

estranho que o Estado adentre o cenário justamente nesse instante, e como força estabilizadora; e b) o problema de melhorar a combinação de atividades de um Estado, aumentando a proporção das tipicamente centrais, reside principalmente na capacidade de atrair e desenvolver vínculos orgânicos com o capital cujo balanço de atividades é majoritariamente central, o qual depende, porém, dos vínculos já estabelecidos; o mecanismo é similar ao de “causação circular cumulativa” de Myrdal.

Como a capacidade de barganha – devido ao grande número de países periféricos – é grande para os Estados centrais, e como os baixos custos periféricos são em si um desincentivo às inovações, surgem mais duas tendências de concentração da economia mundial, que acabariam por levar a uma polarização estável, se não crescente, do espaço da economia mundial em uma zona periférica e uma central. A combinação de algumas vantagens periféricas e algumas centrais permite a estabilização da faixa semiperiférica. Todavia, as estratégias de estabilização requerem atitudes que, em última instância, implicam a dificuldade de acessar mercados, e que acabam por levar a uma incapacidade de ir mais além da condição semiperiférica.

Após esse arrazoado algo confuso, Arrighi remete a hierarquia auto-reprodutora na distribuição da riqueza mundial a uma “desigualdade fundamental”, da qual as trocas e transferências desiguais são atributos meramente contingentes. Essa desigualdade fundamental está embutida nos distintos tipos de riqueza acessíveis aos países de acordo com a definição de Harrod (1958, p. 207-213). Haveria, de acordo com o autor, duas diferentes riquezas, denominadas “democrática” e “oligárquica”, separadas por um obstáculo intransponível.⁹ A riqueza democrática é o tipo de domínio sobre recursos que, em princípio, está disponível para todos em relação direta com a intensidade e eficiência de seus esforços. A riqueza oligárquica, em contrapartida, não tem qualquer relação com os esforços e nunca está disponível para todos, pois: a) corresponde ao conceito de troca desigual, mas se refere a trocas entre pessoas; não podemos todos ter domínio sobre serviços e produtos que incorporam tempo e esforço de mais de uma pessoa de eficiência média; se alguém o tem, significa que uma outra pessoa está trabalhando por menos do que ela deveria controlar, se todos os esforços de igual intensidade e eficiência fossem recompensados igualmente; b) alguns recursos são escassos no sentido absoluto ou relativo, ou estão sujeitos a acumulação anormal ou aglomeração através do uso extensivo; seu uso ou gozo pressupõe, portanto, a exclusão ou desaglomeração dos outros, seja através de um sistema de correção de preços ou de racionamento, sendo que ambos levam à formação de lucros ou quase-lucros.

Por conseqüência, as oportunidades de avanço econômico, tal como se apresentam serialmente para um Estado de cada vez, não constituem oportunidades equivalentes de avanço econômico para todos os Estados. Desenvolvimento nesse sentido é ilusão, pois a riqueza dos Estados centrais é similar à riqueza oligárquica de Harrod, que não pode ser generalizada por basear-se em processos de exploração e exclusão que pressupõem a reprodução contínua da pobreza da maioria da população do planeta. Os processos de exclusão referem-se ao fato de que a riqueza oligárquica dá meios aos Estados centrais para excluir os Estados (semi)periféricos do gozo dos recursos escassos ou sujeitos à acumulação anormal. A riqueza oligárquica é, portanto, a riqueza típica dos Estados centrais, enquanto a riqueza democrática é tipicamente semiperiférica.

(9) A noção original de Harrod aplicava-se à riqueza individual.

Resulta de toda essa análise, para Arrighi, que o traço mais essencial das economias capitalistas é a recompensa desigual por esforços iguais e oportunidades desiguais do uso de recursos escassos. Os êxitos individuais levam meramente a um retesamento das tendências excludentes e exploradoras dos Estados centrais, e com isso aprofundam a distância daqueles que ficam para trás.

Municiado por tais argumentos teóricos, Arrighi passa então à análise empírica. A base essencial para esta é a observação de que as atividades do núcleo orgânico comandam recompensas agregadas que incorporam a maioria, se não todos, os benefícios globais da divisão internacional do trabalho, enquanto as atividades periféricas incorporam poucos ou nenhum desses benefícios. As diferenças no comando sobre os benefícios totais da divisão mundial do trabalho deveriam, na opinião do autor, necessariamente se refletir em diferenças comensuráveis na renda *per capita* dos Estados em questão, funcionando como uma medida indireta e aproximada da combinação de atividades centrais e periféricas. Adotam-se taxas de câmbio de mercado para avaliar a renda, com base na idéia de que o essencial é mais a diferença no comando sobre os recursos econômicos mundiais do que as diferenças em padrões reais de vida.

Adotada a renda *per capita* como elemento essencial de mensuração, a hipótese a ser testada é a de que haja uma distribuição trimodal estável da população mundial por combinação de atividades tipicamente centrais e periféricas, aproximadas pela renda *per capita* dos países. Subsidiariamente, adota-se ainda a hipótese de que, embora sejam possíveis mudanças de *status* de certos países ao longo do tempo, esses casos são eventos raros.

Colocada a questão nesses termos, os dados indicam uma forte evidência a favor da hipótese de Arrighi: a maioria das flutuações na posição relativa das três zonas desaparece, e as tendências de longo prazo permanecem essencialmente as mesmas, de modo que a existência de uma semiperiferia estável estaria verificada. Há também poucos casos de mudança zonal efetiva de longo prazo, ascendente ou descendente, de modo que há baixa mobilidade na hierarquia mundial, e a hipótese secundária também não seria rejeitada. Conclui-se também que, enquanto o tamanho da periferia em relação ao tamanho do núcleo orgânico no começo dos anos 1980 era aproximadamente similar ao que era no começo da década de 1940, a distância entre as recompensas modais das duas zonas se ampliou consideravelmente. Isso significa que, à medida que os benefícios da divisão mundial do trabalho crescem, a capacidade dos Estados relativamente mais pobres de se apropriarem desses benefícios permanece estagnada.

Outro resultado interessante gerado pela base de dados utilizada é o *status* mutável da atividade industrial: a semiperiferia não apenas alcançou, mas ultrapassou o núcleo orgânico em termos de grau de industrialização. A partir de 1965, o núcleo já está se desindustrializando, mas o fosso existente entre os três degraus da hierarquia não muda, pois, ao longo do tempo, a indústria estava se tornando periférica. A industrialização da periferia e da semiperiferia, portanto, não foi um canal de subversão, mas de reprodução da hierarquia da economia mundial. Mais importante é a generalização da conclusão: a tentativa por parte de um número significativo de países de capturar o que, em qualquer momento dado, são atividades do núcleo orgânico estimula a competição que torna essa atividade posteriormente periférica. Por conseguinte, a distinção relevante hoje é entre atividades que envolvem a tomada de decisões estratégicas, controle e administração, pesquisa e desenvolvimento, por um lado, e atividades de pura execução, de outro, ou, para

utilizar a linguagem do autor, contrapõem-se “atividades cerebrais” e “atividades musculares e neurais”, e não entre países industrializados e não industrializados.

Conclusões

Além do aspecto do prazo excessivamente curto da base de dados de Arrighi para verificar a estabilidade do fenômeno empírico sob observação – fato que, ademais, é reconhecido no próprio texto – e além da já referida questão conceitual da relação entre política e economia que, por si só, é capaz de fazer malograr toda a construção teórica, há outras questões que contribuem também para fazer com que o exercício, embora interessante, não seja capaz de resolver o impasse que cerca o conceito de semiperiferia. Alguns exemplos nesse sentido podem ser citados.

A utilização da renda *per capita* como aproximação da parcela de atividades periféricas e centrais em determinado país parece extremamente problemática. Seria mais representativa para esses fins a utilização de uma medida de estoque – riqueza, patrimônio líquido – e não de fluxo. Como essas medidas de fluxo são muito mais sensíveis a efeitos nitidamente temporários – a elevação do preço do petróleo, por exemplo –, acabam sendo gerados resultados nitidamente distorcidos sobre a posição hierárquica dos países produtores de petróleo, da forma definida pelo artigo de Arrighi, além de outros países em posição similar, com forte especialização em poucos produtos. Outro aspecto da mesma deficiência consiste no reconhecido fato de que os indicadores de concentração de renda subestimam o grau de concentração econômica quando comparados aos indicadores de estoques de riqueza. A polarização da estrutura econômica mundial, pelo prisma deste último indicador, pode se revelar tão mais acentuada que pelo primeiro a ponto de tornar a base empírica para comprovação da existência da semiperiferia excessivamente exígua.¹⁰

Os efeitos decorrentes do tamanho da população, que são fundamentais, são absolutamente desconsiderados no modelo, e países como Índia, China, Paquistão e Indonésia, populosos e importantes, são considerados periféricos – sequer semiperiféricos, portanto. Obviamente, esse resultado também é decorrente da radical separação entre economia e política proposta pelo autor, mas não apenas dela. Se, como pretende Arrighi, o fundamental é mais a posição no comando sobre os recursos econômicos mundiais que as diferenças em padrões reais de vida, talvez fosse melhor utilizar não o dado *per capita*, mas a renda total como indicador. Há sérias dúvidas de que, utilizando esses dados, a evidência empírica seja ainda favorável à hipótese original, em especial no que concerne à baixa mobilidade intergrupos. Uns poucos exemplos de conhecimento geral podem ilustrar o problema: a queda da Argentina, de uns dos maiores PIBs mundiais ao final do século XIX/início do XX, para sua atual posição; a ascensão chinesa nos últimos trinta anos, subestimada pelo prisma do indicador *per capita* (fenômeno similar, embora ainda em menor escala, parece estar ocorrendo na Índia nos últimos quinze anos); a queda do Brasil do sétimo PIB mundial nos início dos anos 1980 para 15º no início do novo milênio, embora a renda *per capita* siga mais ou menos estável (queda ainda maior ocorre com a Rússia); e assim sucessivamente. A adoção de taxas de câmbio de mercado também complica bastante a comparação internacional das rendas dos diversos países, problema este também largamente reconhecido pelos envolvidos em comparações internacionais de dados. O mais adequado parece ser a utilização do chamado câmbio-PPP ou de paridade de

(10) As dificuldades para a obtenção de dados sobre a concentração de riqueza são notórias, ainda mais para o número de países e anos necessários para uma análise similar à desenvolvida por Arrighi.

poder de compra, que converte os valores não a uma taxa de câmbio de mercado, mas a uma taxa que tornaria o poder de compra em duas moedas quaisquer igual quando medido em termos de uma cesta comum de bens.¹¹ Uma ilustração conhecida desse problema é o caso da economia chinesa, que ascende para segundo lugar no ranking de países em termos de PIB quando este é convertido por uma taxa de câmbio-PPP em vez da taxa de câmbio de mercado.

Um último exemplo dos problemas colocados pela análise do autor: “escapa entre os dedos” na análise de Arrighi a observação de Braudel sobre a importância da localização geográfica para a definição das posições relativas. A semiperiferia é, na visão de Braudel, uma região geograficamente próxima ao Centro, enquanto no primeiro autor a geografia está completamente ausente. Se não cabe um estrito “determinismo geográfico” na análise (ausente ademais em Braudel) – a ascensão do Japão no pós-guerra e a longa não-ascensão do México até hoje constituem contra-exemplos claros –, tampouco parece adequado desconsiderar os encadeamentos econômicos derivados da proximidade geográfica, como atesta a ascensão das economias da Europa Meridional após sua integração à União Européia nos anos 1980, ou dos países da Bacia do Pacífico, que cresceram sob estímulo, primeiro, do “milagre” japonês e agora fazem o mesmo em relação ao equivalente chinês.

A questão geográfica aponta para uma pergunta ainda mais perturbadora: será que, após ter dissociado o sistema interestatal da economia-mundo para efeito de definição da semiperiferia, a pesquisa de Arrighi não exige agora uma dissociação ainda maior entre espaços econômicos e países? Por que as atividades econômicas que ocorrem em território econômico belga, por exemplo, devem ser consideradas separadamente das que ocorrem em solo alemão ou francês? Ou, de outra perspectiva: as atividades econômicas que ocorrem em território brasileiro (ou russo) devem ser consideradas em conjunto ou separadas? Conforme quais critérios? Ao separar os comandos político e econômico, terá a análise de Arrighi, afinal, transformado o Estado-Nação em mero formalismo,¹² e, ao mesmo tempo, ao definir o conceito de semiperiferia em termos de Estados, lastreado toda a discussão dos espaços econômicos por esse conceito meramente formal?

Todos esses fatores nos levam a crer que a análise de Arrighi não consegue esclarecer o impasse que cerca o conceito de semiperiferia. Talvez seja simplesmente impossível descrever situações tão heterogêneas com somente três categorias ou, talvez por essa razão mesma, faça mais sentido manter a dualidade Centro/Periferia cepalina, interpretados como tipos ideais polares de um gradiente de situações intermediárias.

Ao rejeitar a validação da hipótese de semiperiferia tal como desenvolvida por Arrighi – a despeito de suas muitas contribuições relevantes ao debate –, nos vemos na contingência de retornar ao esquema cepalino mais consolidado, e interpretado na forma do parágrafo anterior, como a hipótese mais *resistente* nesse campo teórico. Evidentemente, tal rejeição não deve ser interpretada como favorável ao abandono de quaisquer hipóteses mais sofisticadas que venham a refinar e fazer avançar o esforço de compreensão do funcionamento hierarquizado da economia capitalista. De qualquer

(11) Mais uma vez nos defrontaríamos com dificuldades de dados, para todos os países considerados e ao longo de todo o período estudado por Arrighi; afora os também conhecidos problemas de mensuração que, se são provavelmente diminuídos com o uso da taxa de câmbio-PPP, estão longe de ser integralmente solucionados; uma solução definitiva para o problema, nunca é demais ressaltar, não existe.

(12) Este novo passo envolve, mais uma vez, acrescentar aos já agudos problemas de disponibilidade de dados para a solução do problema empírico a necessidade de evitar a tradicional agregação das informações em nível nacional, bem como a capacidade de desagregá-las regionalmente ou integrá-las no âmbito supranacional.

maneira, a radicalização do economicismo na determinação do conceito de semiperiferia não parece ser o caminho mais apropriado para a proposição de novas hipóteses voltadas ao rompimento do impasse. Parece-nos que as considerações relativas ao papel do Estado no sistema interestatal simplesmente não podem ser tratadas em separado, e as difíceis questões militares e monetárias devem voltar ao centro do palco se houver a pretensão de se ter um conceito de semiperiferia (ou similar) substantivo.

Algumas considerações adicionais podem ser feitas a partir de uma observação de Braudel a respeito da hierarquização da economia-mundo. Segundo esse autor, “a questão em si da hierarquia ultrapassa e transcende [o capitalismo], predeterminando-o. E as sociedades não capitalistas também não suprimiram as hierarquias (...) este é o ‘problema dos problemas’ (...)” (Braudel, 1985, p. 80). Se a hierarquia constitui-se, dentro do aparato braudeliiano, em uma determinação que transcende o próprio capitalismo – quiçá até mesmo sua “longa duração” – resulta que a semiperiferia, como categoria hierárquica, se é que realmente existe, talvez esteja sendo procurada no nível de abstração errado, na história errada. Perguntamo-nos, diante desse quadro, se não seria necessário ir além da constituição da economia-mundo e da sua dinâmica capitalista para estudar a questão bem mais ampla das “hierarquias” do mundo.

Bibliografia

ARRIGHI, G. *The long twentieth century*. London: Verso, 1994. Tradução para o português, *O longo século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

_____. *A ilusão do desenvolvimento*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1997. (Coleção Zero à Esquerda).

BRAUDEL, F. Histoire et sciences sociales: la long durée. *Annales E.S.C.*, n. 4, out./dez. 1958. Publicado em *Histoire et sciences sociales*. Paris: Editions Flammarion, 1972. Tradução para o português, *História e ciências sociais*. Lisboa: Editorial Presença, 1972.

_____. *La dynamique du capitalisme*. Paris: Les Editions Artaud, 1985. Tradução para o português, *A dinâmica do capitalismo*. Lisboa: Teorema, 1985.

_____. *Civilização material, economia e capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

HARROD, R. The possibility of economic society – use of economic growth for improving the quality of education and leisure. *Problems of the United States Economic Development*, New York, Committee for Economic Development, v. 1, p. 207-213, 1958.

WALLERSTEIN, I. *Historical capitalism*. London: Verso, 1984a. Tradução para o português, *O capitalismo histórico*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985. (Coleção Primeiros Vóos).

_____. *The politics of the world system*. New York: Cambridge University Press, 1984b.

_____. *The modern world system*. New York: Harcourt, Brace, 1974.

_____. A reestruturação capitalista e o sistema-mundo. In: GENTILI, Pablo (Org.). *Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na ordem mundial*. Petrópolis: Vozes, 2001.